

Sexta-feira, 21 de Fevereiro de 2014

Ano XX - Edição N.: 4504

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Sociais - CMDCA

ATA DA 6ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

No dia dezesseis do mês de dezembro de dois mil e treze, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na rua Eurita, 587, bairro Santa Tereza, foi realizada a sexta sessão plenária extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/BH, convocada em caráter excepcional para o horário de 9h às 18h. Estiveram presentes: 15 conselheiros representantes do Executivo, 16 conselheiros representantes da Sociedade Civil, e convidados, colaboradores, observadores e integrantes da Secretaria Executiva do CMDCA/BH. A lista com os nomes e assinaturas dos participantes, justificativas de ausência e materiais referentes às matérias encontram-se anexos a esta ata. A plenária iniciou às 9h40m. A presidente Márcia Cristina agradece a presença dos (as) conselheiro (as) e colaboradores (as) e convida todos para fazer um minuto de silêncio em memória de Jefferson Salomão, esposo da conselheira Regina Helena, vice-presidente do CMDCA, falecido 12 de dezembro. Em seguida a secretária Cidlene Castro fez a chamada e registrou o quórum de 17 conselheiros presentes, sendo 08 governamentais e 09 conselheiros da sociedade civil. Justificaram ausência: Nádia Sueli, Regina Helena e Elizabeth Campos. A secretária esclarece que, conforme convocação, não serão duas sessões, portanto terá apenas uma chamada e após o intervalo do almoço haverá a recontagem do quórum e conselheiros presentes. Márcia pôs em votação a pauta, com alteração de pontos, sendo aprovada por 17 votos favoráveis e, constituída conforme segue a descrição. 1º PONTO - Aprovação das atas de 25 de novembro e 02 de dezembro - A Ata da 5ª sessão extraordinária do dia 25 de novembro, em votação é aprovada por 16 votos favoráveis e uma abstenção e a Ata da 10ª sessão plenária ordinária de 02 de dezembro é aprovada por 16 votos favoráveis e uma abstenção. 2º PONTO - Informes - Márcia informa que o lançamento do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária está confirmado para o dia 20 dezembro, às 8hs com a participação do Sr. Prefeito Márcio Lacerda. Em seguida a presidente comunica e convida aos coordenadores das Comissões para a reunião da Mesa Diretora Ampliada, agendada para o dia 23 de janeiro de 2014. Maria Thereza, tesoureira do CMDCA, compartilha retornos do evento Fundo Amigos/Café Parlamentar que aconteceu na ACMinas, no dia 10 de dezembro e destaca que a iniciativa é uma aprendizagem para o CMDCA, e informa que ACMinas manifestou o interesse de assinar um termo de parceria com o CMDCA. 2º PONTO - Matéria da CREIMP - A Conselheira Élide Elizena, coordenadora da CREIMP, apresenta os pareceres da Comissão. O parecer da Comissão é favorável para novo registro e inscrição de programa para as entidades: Lar de Luz Mei Mei/ Assessoria Técnica e Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes - CEDECA/ Vigilância e Defesa de Direitos. Em votação o parecer é aprovado por 17 votos favoráveis. Élide apresenta os pareceres favoráveis à renovação de registro e reavaliação de programa para os processos das seguintes entidades: Terra da Sobriedade/Socialização Infatojuvenil, crianças, Apoio Sociofamiliar e inscrição do programa Crianças e Adolescentes vitimizados; Instituto Assistencial Nossa Senhora das Neves -IEDUCAN/ Socialização Infatojuvenil; Associação Cruz de Malta/ Socialização Infatojuvenil; Creche Comunitária Eunice Lanza /Socialização Infatojuvenil; Corpo Cidadão/Socialização Infatojuvenil; Ponto Cultural /Socialização Infatojuvenil; Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA/Apoio Sociofamiliar; Núcleo Assistencial Caminho para Jesus/Socialização Infatojuvenil e Acolhimento Institucional; Associação Helil de Amparo à Criança/ Socialização Infatojuvenil; Fundação Vicintim/Socialização Infatojuvenil, Educação Profissional, Orientação para Vida Familiar e Associação das Mães Chefe de Família do Estado de Minas Gerais - ASSMIG/ Socialização Infatojuvenil e Apoio Sociofamiliar, Orientação para a Vida Familiar. Em votação o conjunto de parecer, é aprovado por 16 votos favoráveis e uma abstenção. O parecer favorável de inscrição de programas à entidade Instituto Ajudar/ Assessoria Técnica, foi votado separadamente e aprovado por 14 votos favoráveis e 3 abstenções. Em seguida Élide apresenta os pareceres da Comissão favoráveis à inscrição de programas governamentais relacionados por Secretaria. A Secretaria Municipal de Saúde apresentou os seguintes programas: Orientação e Apoio Socio Familiar (Serviço de Apoio ao Aleitamento), Apoio Sociopedagógico em meio aberto (Centro de referência em Saúde Mental Infatojuvenil - CERSAMI), Vigilância e Defesa de Direitos (Programa Saúde na Escola). Em votação o parecer da Comissão pelo deferimento é aprovado por 16 votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida, Élide apresenta o parecer referente à Secretaria Municipal de Políticas Sociais para o programa de Orientação e Apoio Sociofamiliar (BH cidadania). Em votação o parecer da Comissão favorável ao deferimento é aprovado por 16 votos favoráveis e uma abstenção. A Fundação Municipal de Cultura solicitou inscrição para o programa Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Programa de valorização da cultura da infância) e o parecer da Comissão é favorável, sendo aprovado por 16 votos favoráveis e uma abstenção. Seguindo a apresentação Élide expõe o parecer favorável da Comissão aos programas da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial/Guarda municipal: Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Educação para cidadania e Patrimonial) e Vigilância e Defesa de Direitos (Prevenção a violência no ambiente escolar). Em votação, o Programa Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Educação para cidadania e Patrimonial) é aprovado por 16 votos favoráveis e uma abstenção e o programa Vigilância e Defesa de Direitos (Prevenção a violência no ambiente escolar) é aprovado por 17 votos favoráveis. Em seguida, Élide comenta que a Secretaria

Municipal de Esporte e Lazer solicitou a inscrição de todos seus programas: Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Programa Superar), Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Programa Ginástica Rítmica), Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Programa Esporte e Lazer na Cidade), Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Programa Esporte Esperança), Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Brincando na Vila), Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Caminhar na Escola), Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Programa Segundo Tempo), Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Programa Atletismo) e Assessoria Técnica e Financeira (Programa para o Desenvolvimento do BH Descobrimos Talentos no Futebol). Márcia questiona Programa Desenvolvimento do BH Descobrimos Talentos sobre esporte em campos de várzea. Petter de Figueiredo Gontijo, conselheiro e representante da Secretaria de Esporte esclarece que esta é uma fase de transição para o adolescente ser descoberto como talento, mas diferentes do que faz os clubes e seleções de base, neste programa a Secretaria presta assessoria à AGAP/MG (Associação de Garantia ao Atleta Profissional). Márcia comenta a importância desta entidade também proceder ao seu registro e inscrição de programa no CMDCA. Em votação o parecer da Comissão favorável à inscrição dos programas da Secretaria de Esporte é aprovado por 17 votos favoráveis. Élide apresenta o parecer favorável à inscrição do programa da Secretaria Municipal de Educação: Assessoria Técnica Financeira às entidades de educação infantil, conveniadas à PBH. Em votação o parecer é aprovado por 16 votos favoráveis e uma abstenção. Concluída a apresentação, a conselheira Maria Aparecida comenta que a maior parte desses programas governamentais são visualizados na análise do OCA do Município e destaca a importância de estarem inscritos. A conselheira Cidlene dá boas vindas aos programas e agradece a participação dos conselheiros e apoio da Secretaria Executiva do CMDCA, destaca o empenho da Assessoria Jurídica, das técnicas Larissa e Márcia que contribuíram nas visitas técnicas às entidades e das técnicas Cira e Fernanda que acompanharam com extrema dedicação os trabalhos da CREIMP. A conselheira Cidlene comunica à Plenária que em 2014 a técnica Cira Sampaio, não comporá mais a Secretaria Executiva do CMDCA e, em nome da Sociedade Civil, agradece e expressa reconhecimentos pelo excelente trabalho dedicado em prol da Política da Criança e do Adolescente no CMDCA. Em seguida Cira Sampaio recebe homenagem dos conselheiros e membros da Secretaria Executiva. 4º PONTO- Matéria da Comissão de Fundo, Orçamento e Recurso Público - o Conselheiro Azarias Almir apresenta o parecer da Comissão favorável ao convênio da Entidade Movimento Familiar Cristão de Belo Horizonte, plano de trabalho "Projeto Girassol". Em votação o parecer é aprovado por 15 votos favoráveis e 2 abstenções. Em seguida a conselheira Aparecida Monteiro informa o cancelamento de repasse de recurso do Fundo para a entidade Centro Educacional Professor Estevão Pinto, devido à suspensão do registro, na 5ª sessão plenária extraordinária do CMDCA no dia 25 de novembro, por motivo de não continuação, pela Entidade, da ação Coral Pequenininhos Cantores da Serra. Será publicado no DOM o cancelamento. A presidente relembra que as entidades que irão apresentar projetos para o Edital nº01/2013, deveriam apresentar a inscrição até 31 de novembro e informa que os processos em tramitação, serão deliberados na primeira sessão plenária de 2014. 5º PONTO - Levantamento de presenças de conselheiros de direito nas plenárias e suspensão da função de conselheiros. O técnico da Secretaria Executiva, Ewerton Herald, apresentou o controle de presença dos conselheiros nas plenárias de 2013. O técnico inicia a apresentação com a leitura do Art.12 do Regimento Interno do CMDCA. Foram apresentados os números de presenças, ausências justificadas e das faltas de conselheiros governamentais e das entidades da Sociedade Civil. Márcia informa que o documento apresentado será encaminhado para todas as Secretarias e Entidades conselheiras e comunica que o CMDCA disponibilizará um instrumental como modelo de justificativas de ausência para os conselheiros, no portal do CMDCA. A conselheira Fúlvia solicita esclarecimentos sobre a presença do suplente governamental. Márcia explica, pelo atual Regimento, entende-se que o suplente governamental deve vir à plenária independente se o titular está presente, pois todo conselheiro que tiver 3 faltas consecutivas ou 5 alternadas será substituído e se o titular não vem, o comparecimento do suplente é obrigatório. Ewerton lembra que segundo o Regimento Interno a justificativa deve ser por escrito, até 24 horas antes da Plenária. Zélia solicita mudança no Regimento Interno para esta questão de suplência dos governamentais. Márcia responde que já foi solicitado às Comissões que encaminhassem sugestões para alteração no Regimento Interno e, comenta que esta questão será pauta da próxima plenária ordinária em 2014. Márcia sugere que seja criado um e-mail específico de comunicação entre o CMDCA e os conselheiros para assuntos relacionados aos conselheiros. Cristiane questiona sobre quantidade de justificativas, pois no Regimento não existe limite para justificativas o que pode dar margens para justificar todas as plenárias. Ewerton conclui a apresentação e destaca o trabalho dedicado pelo assistente administrativo Anderson para resgatar as justificativas no e-mail do CMDCA: criança@pbh.gov.br. Márcia sugere outra mudança para o Regimento além do limite de faltas justificadas; a qual se referente a não necessidade da exclusividade de a chefia imediata enviar as justificativas. Após apresentação e contagem de faltas ficou definida a substituição dos conselheiros governamentais: Charles Cleyton, Julio Jader e Isabela Cassia. O CMDCA enviará solicitação de substituição às Secretarias. As Entidades da Sociedade Civil, AURA e AJUDAR, já estavam com a função de conselheiras suspensa, e de acordo com o número de faltas propõe-se a suspensão da função de conselheiras das Entidades: Instituto B. Martin Lutero, Sindicato dos Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais-RECIVIL e Assoc. de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do BB-APABB. Em votação a suspensão é aprovada por 16 votos favoráveis. A Secretaria Executiva providenciará o Processo Administrativo e em 2014 a Sociedade Civil procederá a Assembleia das Entidades para escolha de novos conselheiros. Laurinda de Jesus questiona sobre a suplência de conselheiros da Sociedade Civil. Cidlene esclarece que, no caso da Sociedade Civil, a suplência é outra entidade e não outro membro da Entidade titular, e afirma que esta forma tem contribuído para que o quórum das Plenárias seja cumprido, pois a Sociedade Civil está constantemente com o número completo de conselheiros votantes. Márcia fala que as regras para quórum é diferente da presença dos conselheiros nas Plenárias e comenta sobre a necessidade de encontrar uma forma de manter o quórum, considerando a presença dos conselheiros. Às 12h30m a presidente dá pausa à plenária, considerando intervalo de almoço. A plenária retoma seus trabalhos às 13h30m, com a recontagem do quórum, passando a ser composto por 14 conselheiros votantes. 6º PONTO -

Análise e aprovação da Resolução para compor a Comissão Técnica do Edital 001/2013. Márcia Cristina, antes da leitura da Minuta da Resolução, ler o ofício encaminhado pela Sociedade Civil do CMDCA, informando que as entidades conselheiras confirmaram a participação no Chamamento e alegando que por insuficiência de tempo e outras considerações, não indicarão órgãos representantes para compor a Comissão, decidindo em reunião manter a composição da Comissão com conselheiros governamentais, conforme prever o item 5.1.1 do Edital de Chamamento Público nº1/2013. Em seguida a minuta da Resolução é lida, seguindo os pedidos de destaques e alteração de texto durante a Plenária. A conselheira Eleusa Andrade, em seu pedido de destaque, pede esclarecimento sobre o fato de não constar o número de BM de todos os conselheiros governamentais indicados. Márcia diz que a ausência do número de BM da conselheira Elizabeth Campo se justifica pelo fato dela ser da AMAS, e comenta que talvez não seja necessário o número de BM dos conselheiros. A conselheira Cidlene comenta que a discussão sobre a questão da AMAS não ser Governo, pode provocar por parte da Sociedade Civil, questionamento à Comissão alegando o fato da conselheira Helyzabeth Campos ser da AMAS, e comenta que seria melhor evitar recursos referente à Comissão. Márcia explica que ela e Maria Thereza não entraram na composição da Comissão devido ao lugar que já ocupam na Diretoria. A conselheira Maria Thereza pede esclarecimentos jurídicos sobre qual seria a função da Diretoria no processo referente ao Edital. O advogado do CMDCA, Marcelo Caldeira, esclarece que apenas o caso de impugnação do Edital pode vir a ser analisado pela mesa diretora com fins de proceder ao encaminhamento de pauta na Plenária. Sobre a indicação dos nomes de conselheiros governamentais para compor a Comissão, Márcia explica que Elizabeth é indicada pela SMPS para ser conselheira suplente e que está entrando na Comissão como conselheira. Marcelo Caldeira esclarece que juridicamente Elizabeth Campos foi indicada pela Secretaria e que seu cargo é vinculado à SMPS. Cidlene esclarece que o que está sendo analisado é a composição da Comissão e como evitar questionamentos de entidades da Sociedade Civil, as quais podem propor recursos referentes à Comissão, e mesmo que juridicamente estes recursos sejam respondidos, vão demandar tempo ao processo do Edital. Márcia questiona se há outro conselheiro governamental que se disponha a compor a Comissão. Maria Thereza defende a composição da Comissão proposta, pois efetivamente Elizabeth é conselheira. O conselheiro Otaviano fala que é importante constar na Resolução algo sobre vacância e suplência. O conselheiro Adriano esclarece que Elizabeth é contratada pela AMAS, o que não significa que ela está representando a AMAS e sim a Secretaria. A conselheira Aparecida Monteiro comenta que a situação se trata da composição de uma Comissão Específica de análise de recurso e que por isso seria bom evitar tudo que pode gerar questionamentos, e se diz a favor da substituição para não dá margens a recursos. Maria Thereza ressalta que não pode haver diferenciação de conselheiros, pois se ela pode participar da CAACTs, votar em plenária, porque não pode participar da Comissão? Petter fala que não vê problemas e que é favorável à composição proposta. Azarias fala que por questão de bom senso seria bom evitar, pois se a AMAS apresentar projeto pode haver questionamentos. Cristiane sugere questionar se AMAS vai apresentar projeto, como foi questionado às entidades conselheiras. Márcia diz que não há tempo para consultar a entidade e fala que, por ser uma questão ética e para evitar conflito de interesse, seria melhor a substituição. Cidlene diz que a AMAS é registrada no CMDCA, com todos os programas inscritos e nada a impede de participar do chamamento, e esclarece que não é contra a composição da Comissão indicada pelo governo, apenas expõe uma situação provável pela qual a Comissão vai ser questionada. Maria Vitória diz que esse assunto não é hipotético e, pois esse tipo de conflito aconteceu em um resultado de edital em Belo Horizonte no ano de 2013, em que toda a comissão foi impugnada. Maria Vitória fala que é muito delicado e que é uma questão ética, pois se há possibilidade de conflito, que seja resolvido. Cristiane levanta na Plenária a questão se realmente haverá questionamento à Comissão caso a AMAS participe do Edital e a reação foi afirmativa, por parte de alguns representantes de entidades da Sociedade Civil presentes na Plenária. Aparecida Monteiro comenta a importância de constar o número do BM para as pessoas que participarem da Comissão. Márcia questiona o conselheiro Otaviano se ele pode compor a Comissão e ele se dispõe, mas diz que vai ser um pouco complicado. Em votação a Resolução de composição da Comissão Técnica do Edital nº01/2013 é aprovada por 14 votos favoráveis, ficando a Comissão constituída pelos seguintes membros: I- Conselheiros de Direitos: Veneranda Fúlvia De Simone Senesi representante da SMGO (na qualidade de coordenadora), Otaviano Marta Gonçalves Pires, representante da SMED, Maria Aparecida Monteiro Oliveira representante da SMPL, Petter de Figueiredo Gontijo representante da SMEL e Zélia Vasconcelos Cardoso, representante da SMSA, na qualidade de suplente; II- Técnicos e Assessor Jurídico da Secretaria Executiva do CMDCA/BH: Maria Fernanda e Silva - BM 103.121-8, Ewerton Herald Pinto Silva - BM 107.264-X e Marcelo Caldeira - OAB/MG 57.289 e III - Técnicos do Executivo Municipal: Elizabeth Maria Filizzola Costa, representante da SMGO, Renilde Maria de Oliveira Mascarenhas, representante da SMAAS e Denise de Magalhães Matos, representante da SMPS. Em seguida, há uma apresentação Teatral com adolescentes do Fórum DCA Oeste - Cabana. 7º PONTO - Apresentação do Projeto de Intervenção Psicossocial com crianças no Campo dos Direitos Humanos da UFMG - A Profa. Dra. Sônia Regina, do Departamento de Psicologia/FAFICH da UFMG apresenta a proposta de trabalho de um grupo de universitários para Intervenção no Campo dos Direitos Humanos em cinco Entidades. O Projeto descreve a necessidade de R\$2.736,00(dois mil setecentos e trinta e seis reais) para Recursos Materiais. Maria Thereza esclarece o processo para pleitear o recurso do Fundo, caso seja esta a responsabilidade do CMDA no Projeto, e comenta ainda que o CMDCA pode indicar as entidades como fez anteriormente a partir de critérios previamente acordados, com o projeto da entidade Gol de Letra. Márcia esclarece que o Projeto está sendo apresentado para identificar as entidades interessadas, pois o recurso pode ser arcado pelas entidades que aderirem ao Projeto. Márcia solicita que as entidades presentes que manifestaram interesse pela realização do Projeto, busquem conversar com a Profa. Sônia após a apresentação. 8º PONTO- Apresentação do resultado das ações realizadas pelo CMDCA e pelas Comissões Temáticas, no ano de 2013. Márcia inicia apresentando o relatório das atividades desenvolvidas pelo CMDCA em 2013. A presidente solicita que as Comissões encaminhem os relatórios das suas atividades para Roberta até sexta 20 de dezembro. Foi inserido o fórum PPCAM (Programa de

Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte) no relatório anual das atividades de 2013 CMDCA. Márcia lembrar à CAACTs que se deve proceder antecipadamente o termo de referencia, caso seja realizado atividades de comemoração ao dia do conselheiro tutelar em 2014. A presidente diz que o seminário de Medidas Socioeducativas que acontecerá em 2014 deverá ter termo de referencia o qual precisa ser providenciado antecipadamente. Em seguidas as Comissões expõe sua avaliação anual conforme material anexo a esta ata. A avaliação da Comissão de Políticas Sociais Básicas-PSB é apresentada pela conselheira Fúlvia, coordenadora da Comissão. Cira e Cidlene apresentam as ações realizadas pela CREIMP. A conselheira Eleusa apresenta as ações e avaliações da CAACTs no ano de 2013. Maria Thereza como coordenadora da Comissão de Fundo e Orçamento, apresenta as ações realizadas pela Comissão durante 2013. Ludmilla e Karine apresentam as ações da Comissão de Medidas de Proteção - CMP e a conselheira Laurinda apresenta as ações da Comissão de Medidas Socioeducativas - MSE no ano de 2013. Após apresentação da avaliação das Comissões, a presidente ressalta o trabalho e empenho dos conselheiros e agradece a colaboração de todos durante as atividades do CMDCA em 2013 e diz contar com a mesma dedicação em 2014. 9º PONTO- Apresentação Programa Prefeito Amigo da Criança - Maria Thereza informa que esta será a quinta edição do Programa Prefeito Amigo da Criança organizado pela Fundação Abrinq como reconhecimento pelas ações em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em 2012, Belo Horizonte foi um dos destaques nacionais e para a atual edição será publicada portaria constituindo a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação coordenada pelo CMDCA, para avaliar as ações. Às 16h40m a presidente Márcia Cristina encerra a sessão, agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar eu, Cidlene Castro de Souza, conselheira e secretária da diretoria do CMDCA, com a colaboração de Roberta Catarina Magalhães, Assistente Administrativo do CMDCA/BH, lavrei a presente ata. Esse documento deve ser lido, aprovado em plenária.